

A (pós)modernidade e suas implicações na governança das empresas a partir das perspectivas genealógicas de Nietzsche e Foucault

SÍLVIO PARODI OLIVEIRA CAMILO*

PABLO ORNELAS ROSA**

Resumo: Este ensaio teórico discute perspectivas epistemológicas concernentes ao modernismo e pós-modernismo e suas implicações na análise organizacional, apresentando algumas ideias precursoras de Nietzsche e Foucault que embasaram desconstruções da racionalidade teórica a partir da constatação de relações de força entre saber e poder que resultam na produção de verdades. Partimos da premissa de que ambos os autores não apenas propuseram certa desestabilização do pensamento dominante da modernidade, como também mostraram como foi possível o desenvolvimento de certa racionalidade amparada na fundação da verdade. Nietzsche é apontado como a principal referência dessa perspectiva genealógica, tendo Foucault, Deleuze, Guattari dentre outros, como autores que deram continuidade a sua perspectiva. Sendo assim, esse trabalho tem o objetivo de retomar a análise da subjetividade organizacional, aproximando os debates epistemológicos ao campo das organizações, discutindo as influências pós-modernas no ambiente organizacional, sob a ótica da governança das corporações. Assim, o estudo inicialmente apresenta as ideias da modernidade, desenvolvendo, a partir de Nietzsche e Foucault, uma ruptura de paradigma que aborda a pós-modernidade nos estudos organizacionais, tratando da globalização no contexto organizacional e, finalmente, analisando as implicações dessas perspectivas na governança das empresas.

Palavras-chave: Pós-modernidade; Crítica à Governança; Perspectiva de Nietzsche; Perspectiva de Foucault.

Abstract: This theoretical paper discusses epistemological perspectives alluding to modernism and postmodernism and its implications for organizational analysis, presenting some precursory ideas of Nietzsche and Foucault that based deconstructions of theoretical rationality from the realization of the power relations between knowledge and power that result in the production of truths. We assume that both authors have proposed certain destabilization not only of the dominant thinking of modernity, but also showed how it was possible to develop certain rationality supported on the foundation of truth. Nietzsche is cited as the main reference in this genealogical perspective, taking Foucault, Deleuze, Guattari among others, as authors who have continued their perspective. Thus, this work aims to resume examination of organizational subjectivity, approaching to the field of epistemological debates organizations, discussing postmodern influences in the organizational environment, from the perspective of corporate governance. Thus, the study presents the first ideas of modernity, developing, from Nietzsche and Foucault, a break in paradigm that addresses postmodernity in organizational studies, dealing with globalization in the organizational context, and finally analyzing the implications of these perspectives in corporate governance.

Key words: Post-modernity; Criticism of Governance; Nietzsche's perspective; Foucault's perspective.



* **SÍLVIO PARODI OLIVEIRA CAMILO** é Pós-Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Doutor em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI; Professor no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC.



** **PABLO ORNELAS ROSA** é Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Doutor em Ciências Sociais com área de concentração em Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor nos Programas de Mestrado em Sociologia Política e em Segurança Pública da Universidade Vila Velha – UVV.



1. Introdução

A abordagem pós-moderna é relativamente recente para a teoria de gestão e organizacional. Desvendar as forças que explicam a emergência, a existência e a transformação contínua das organizações, no contexto mundial, é um desafio para a teoria organizacional (MORGAN; 2007, p.28). Para entender as mudanças organizacionais sob a perspectiva da pós-modernidade torna-se importante renovar e questionar determinados pressupostos. Com a modernidade, o racionalismo foi erguido como o apanágio central a ser referenciado pelo mundo. Essa forma de organização social foi disseminada, tornando-se muito influente nos modos de vida (GIDDENS, 1991). A modernidade se destacou pela racionalidade teórica, que a tornava inoponível à contestação. A ideia de onipotência e centralidade do ser foi combatida pelos pós-modernistas.

Importante destacar que antes de analisar as consequências da modernidade, Nietzsche mostra como os discursos de

Sócrates incidiram veementemente no desenvolvimento das sociedades tanto ocidentais quanto orientais modernas a partir da produção da verdade, uma vez que colocou em xeque as crenças amparadas nos mitos, elementos que preponderavam no momento que precede a filosofia socrática grega. Segundo o filósofo alemão, a verdade não passa de uma “designação das coisas uniformemente válidas e obrigatórias”, cujas primeiras leis foram ditadas pelo “poder legislativo da linguagem”, ou seja, o discurso da verdade pressupõe uma decisão mediada pela linguagem que inventa designações para as coisas, acreditando resgatar sua suposta essência, entendida como verdade.

Sendo assim, a pós-modernidade tem em Nietzsche sua maior referência (COOPER; BURREL, 1988; FERRY, 2007), uma vez que evolucionismo social moderno foi desconstruído a partir de Nietzsche. Valendo-se de um método genealógico que leva à desconstrução de verdades localizadas em um campo de forças, Nietzsche pôs em causa muitas

das assertivas e crenças dos modernistas. Nessa visão, o mundo moderno carrega desconfianças, receios e temores, em que novas exigências e efeitos trazidos por esse fenômeno sugerem críticas históricas aos valores morais, análise das circunstâncias e reflexões acerca do desenvolvimento da racionalidade humana (DE MATEO; DE LA MONTAÑA, 1964). Com o tempo as discussões teóricas sobre pós-modernidade foram originando entendimentos variados e divergentes (KILDUFF; MEHRA, 1997; ALVESSON; DEETZ, 2006; VIEIRA; CALDAS, 2007). Especificamente, Cooper e Burrell (1998) se ocuparam em avaliar as implicações dos discursos modernos e pós-modernos no âmbito organizacional, destacando as influências das forças sistêmicas sobre as firmas. Hassar (1994), em seu estudo sobre análise organizacional pós-moderna, apresentou o *framework* conceitual em duas perspectivas, o pós-modernismo como época e como epistemologia.

Como a pós-modernidade proporcionou modificações substantivas na ordem social, por seus efeitos de extencionalidade e intencionalidade, tudo isso acabou tornando presente nas organizações a construção da noção de vulnerabilidade. Suas diferentes formas de ver o mundo puderam ter contribuído para o distanciamento dessa perspectiva teórica dos estudos organizacionais. Embora a globalização seja entendida como um processo modelado pelo sistema capitalista, seus efeitos são transformadores, atingindo a todos indistintamente. Se isso for potencializado, as organizações correm o risco de terem suas forças idiossincráticas e autonomia ameaçadas. O determinismo ambiental direcionará, de modo irrecorrível, as escolhas organizacionais.

Entender esses movimentos históricos, marcadamente o pós-modernismo, amplia a compreensão do contexto como objeto de estudo, desenvolvendo interface, por meio dos relacionamentos teóricos, com as implicações nas organizações. Nesse sentido, o este trabalho busca retomar análise da subjetividade organizacional, aproximando as discussões epistemológicas ao campo das organizações, debatendo as influências pós-modernas no ambiente organizacional, sob a ótica da governança das corporações. Este artigo se preocupa em estreitar esse conhecimento percorrendo essa abordagem com fins de aproximá-la aos que se ocupam com análise organizacional.

2. Aspectos centrais da modernidade

A fragmentação das ciências sociais proporcionou o surgimento de novas perspectivas que buscam explicar, compreender, descrever e refletir sobre a realidade, suas alterações, relações causais e influências. Cooper e Burrell (1988) discutiram as perspectivas epistemológicas alusivas ao modernismo e pós-modernismo e suas implicações na análise organizacional. O modernismo com sua crença na capacidade essencial da humanidade, ancorada na ideia de perfeição e do poder da racionalidade, e o pós-modernismo, em oposição, com visão crítica e questionadora do racionalismo defendido pelo modernismo.

Giddens (1991, p. 11) sublinhou que a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Aponta que, de fato, foram produzidos novos modos de vida sem

precedentes históricos em termos de extencionalidade – formas de interconexão social – e intencionalidade – efeitos nas características pessoais.

Dentre as irradiações dessa nova cultura, originada no Ocidente (HASSARD, 1994) por decorrência da Revolução Industrial e Revolução Francesa (VAZ, 2000; THOMPSON *apud* POWELL, 2005), se disseminou a racionalidade como ancora da ideia de progresso secular. Esse novo projeto extraiu dos homens, de certa maneira, as amarras de caráter religioso, transferindo a salvação à razão. Foi “o momento que o homem se inventou, quando ele não se viu como uma reflexão de Deus ou da Natureza” (COOPER; BURRELL, 1988, p. 94). Com essa difusão homogênea, o sujeito cognoscente, ao assumir novo papel político, observou um caminho inovador por meio do qual se emancipou.

Maffesoli (2004) atribuiu à modernidade o termo de “pós-medievalidade”, pois, advindo da idade média, essa nova ordem permeou os valores locais que foram universalizados, assim, desenvolvendo a racionalidade social e uniformizando as instituições sociais. Os ideais iluministas da racionalidade teórica e dos postulados gerais forneceram às ciências sociais sua configuração modernista primordial, assegurando a racionalidade (WHITTINGTON, 2004).

Os modernos do século XVII ao XIX eram orientados e animados pela ideia nuclear de que o ser humano seria onisciente, como tal, dotados de um poder supremo do qual se originavam os valores morais e políticos (FERRY, 2007). A razão, de uma forma absoluta, dotada de um poder libertador, era a ponte para atingir a liberdade e a felicidade, pois, não oponível a qualquer força adversa. Entretanto, a razão era moldada pela cientificidade, sem a qual

não se obtinha o conhecimento pleno com segurança. Cooper e Burrell (1988) apontam que para os modernistas a razão era tida como atributo humano mais elevado.

Embora combatida, a modernidade oportunizou unidade e convergência de conhecimento, proporcionando novos modos de vida, se caracterizando como um importante movimento epistemológico em face da realidade da época. Com isso, a visão da egocentricidade do “ser” foi afastada, cedendo lugar a forças incontroláveis pelo “ser”, que independem da sua vontade, pois são superiores ao indivíduo. Assim, a genealogia de Nietzsche propôs uma espécie de desconstrução do pensamento moderno, como veremos doravante.

3. A Genealogia de Nietzsche

As reflexões de Nietzsche são reconhecidas como precursoras e divisoras entre modernidade e pós-modernidade. A “desconstrução” do evolucionismo social, antes contextualizado pela modernidade, contribuiu para a compreensão das rupturas teóricas propostas pelo movimento pós-moderno. Ferry (2007) definiu pós-modernidade como o momento, a contar do século XIX, em que se empenharam em fazer a crítica ao humanismo moderno e ao racionalismo, e, em especial, a filosofia das luzes. Essa onda quase consensual modernista foi base inspiradora às críticas de Nietzsche. Precursor dos propósitos pós-modernos se apoiou em sua genealogia, protagonizando o marco teórico crítico principal (COOPER; BURRELL, 1988; FERRY, 2007). Sua irreverência foi de encontro a diversos valores até então inquestionáveis. Ao contrário do racionalismo científico dos modernos, na visão de Nietzsche não há como ter um

mundo ordenado, harmonioso e racional, pois, suas dimensões são tamanhas que não se pode reduzi-lo a unidade.

A genealogia de Nietzsche desestabilizou os modelos de racionalidade da modernidade. Por este método de desconstrução propôs demonstrar a distinção ou diferença entre dois tipos de forças, de um lado as “reativas” e de outro as “ativas”. Cooper e Burrell (1988, p. 99) apontam que “a genealogia de Nietzsche é uma maneira de demonstrar como a força ativa superior se torna invertida em inferior da força reativa”. Nesse sentido, a força reativa ou negativa utiliza a refutação para contrapor e contestar as ideias postas em causa, daí sua passividade. Nietzsche, no final do século XX, analisou e combateu o pensamento dominante da modernidade promovendo um novo modo de ver o mundo. Foucault, muito influenciado pelo pensamento de Nietzsche, utilizou a genealogia do poder na elaboração de sua arqueologia do saber, propondo uma reflexão operacionalizada como uma espécie de desdobramento da analítica nietzschiana, na medida em que mostrou que a verdade é produzida por relações de saberes e poderes. Entretanto, mesmo inicialmente se posicionando contra a visão da continuidade, a arqueologia – que se ocupava do eixo discursivo do saber –, com o tempo foi perdendo fôlego e as duas abordagens foram segregadas (BURRELL, 1988).

As diferenças entre os métodos apresentados por Burrell (1988) demonstram que a genealogia está interessada em investigar na superficialidade dos eventos, pequenos detalhes e contornos sutis a serem desconstruídos; enquanto que a arqueologia busca a articulação dos atores envolvidos com foco nas práticas, ações e regulações sociais, com vistas a encontrar alguma lacuna da verdade já

aceita, propondo assim uma espécie de aprofundamento.

Muito embora a pós-modernidade tenha a escola francesa como referência, em seus fundadores proeminentes Lyotard, Foucault e Derrida (TWEETEN; ZULAUF, 1999), Nietzsche é apontado como a principal referência. Em relação a questões teóricas, na corrente pós-moderna não há unidade de pensamento, todavia, o que há em comum é o combate a base de sustentação da modernidade, especialmente no pertinente as ideias dimanadas da época das luzes. Alvesson e Deetz (2006) realçam que as ideias pós-modernistas foram empregadas com diferentes propósitos, mostrando-se de difícil delimitação. Ao longo da história foram se desenvolvendo várias facetas, subcorrentes pós-modernistas, resultando em divergências intelectuais (KILDUFF; MEHRA, 1997; HARDY; PALMER, 1999; ALVESSON; DEETZ, 2006; VIEIRA; CALDAS, 2007). Esse movimento abarcou da “filosofia à estética, envolvendo as artes e a sociologia e chegando ao campo dos estudos organizacionais” (VIEIRA; CALDAS, 2007, p. 299).

4. A pós-modernidade nos Estudos Organizacionais

Cooper e Burrell (1988) discutiram os conceitos opostos das visões modernista e pós-modernista, discorrendo sobre suas implicações nos discursos da análise organizacional. A questão central tratou da natureza do discurso, entendido com informação, conhecimento, comunicação e o seu papel no sistema social. Concluindo que para os modernistas, a organização é vista como uma ferramenta social e uma extensão da racionalidade humana; e para os pós-modernos, a organização é mais vulnerável a forças sistêmicas que ameaçam sua estabilidade, sendo mais reativa do que ativa.

Ao abordar o pós-modernismo sob nova abordagem de análise no campo organizacional, Hassard (1994) comparou as formas de explanação moderna e pós-moderna, apresentando um conjunto de termos derivados desses dois conceitos. Seus estudos foram baseados nas obras de Jean Baudrillard, Jacques Derrida e Jean-François Lyotard. Com isso, ao apurar os diversos tipos de conceitos difundidos na análise organizacional pós-moderna, o autor acabou sugerindo duas perspectivas em relação: a época e a epistemologia. Ao classificar o pós-modernismo como época, Hassard (1994) pretendeu analisar as características do mundo externo que suportam suas hipóteses. Sob a perspectiva da epistemologia, o autor entendeu que essa época reflete uma evolução pós-estruturalista da filosofia.

A epistemologia pós-moderna sugere que o mundo é constituído em forma de linguagem, e que só podemos conhecer o mundo mediante formas particulares de discurso na linguagem criada. Mas, atenta para o seu contínuo desenvolvimento dos modos de representação e pluralidade por meio do qual as ações sociais são reproduzidas. Sendo assim, Hassard (1994), estabeleceu os principais argumentos associados aos conceitos da pós-modernidade no âmbito organizacional, discorrendo sobre: representação, reflexividade, descritiva, diferença e descentralizando o sujeito.

Linstead e Grafton-Small (1992, p. 343), ao tratarem da “descentralização do sujeito” (termo cunhado por Derrida), ressaltam que a “presença da desconstrução da metafísica de Derrida trouxe consequências importantes para o entendimento da natureza, da identidade e subjetividade do agente humano”. A transcendência sujeito, de isolado para integrador e integrado, suscitou certa

visão sistêmica orgânica em que o ser humano, ao representar o universo cognitivo, torna-se limitado. Como não se afasta de suas experiências privadas, preservando as relações intersubjetivas, o indivíduo acaba sendo parte do mundo fático que independe dele.

Kilduff e Mehra (1997) destacam que pesquisadores organizacionais têm negligenciado os críticos da academia que oferecem muitas perspectivas pós-modernas, argumentando que pode ser que isso ocorra porque essa abordagem ainda não se mostrou clara e plenamente entendida, já que a ausência de um modo mais inteligível da abordagem é vista como um dos fatores prejudiciais ao desenvolvimento da pós-modernidade no contexto organizacional. Mesmo assim, essa forma de ver o mundo tem se mostrado influente nas ciências sociais, uma vez que as forças advindas das externalidades do mundo pós-moderno transformaram a estabilidade dos valores e modos de vida, incidindo também no campo organizacional. Afetadas por esse movimento, se tornaram impedidas de planejarem modos futuros mais estáveis, já que a atuação dos grandes detentores de capitais e sua interferência intensiva nas políticas de regulamentação, junto ao poder estatal, conduziu à progressão e virtualização das relações sociais. Desse modo, essas transformações, como destacam Alvesson e Deetz (2006), aproximaram as organizações e os pesquisadores clamando por respostas.

Ao desenvolver um novo modelo de capitalismo, as mudanças originadas no Ocidente integraram tecnologias, consumismos, culturas, processos financeiros e informações (EAGLETON, 1998). Os efeitos decorrentes da pós-modernidade afetaram, sobremodo, as forças idiossincráticas das organizações,

impondo, em certa medida, restrições à sua autonomia. O ambiente pós-moderno delimitou paulatinamente as escolhas organizacionais, pois a celeridade das transformações tecnológicas, as mudanças no campo informacional, o tamanho das organizações, a inversão de investimentos nos mercados, as novas formas de relações entre a classe trabalhadora, os problemas ambientais e a incerteza econômica e social, acabaram fazendo parte dos resultados que desembocaram na contemporaneidade.

O modo iluminista de ver o mundo foi marcante às organizações. Modelos positivistas de administração, caracterizados pelos sistemas internos de controle, eficácia, racionalidade, criatividade, tudo isso, almejando produtividade (BAUMAN, 1999), foram disseminados e impregnados no meio social. Desse modo, foi possível verificar que houve certo predomínio dos ideais iluministas, nomeadamente por intermédio da racionalidade teórica e das leis universais (WHITTINGTON, 2004). Segundo Whittington (2004), na pós-modernidade, o delineamento organizacional que está vinculado a um sistema de gestão contemporânea, passou a atuar na orientação de ações estratégicas, enquanto que na modernidade suas ações estavam dependentes da planificação anteriormente delineada. Todavia, mesmo com a inserção das organizações na era pós-moderna, os efeitos do paradigma positivista são marcantes nesse campo organizacional.

O distanciamento entre essas correntes, pautado nos diversos estudos críticos produzidos por Fournier e Grey (2007), se mostrou desalinhado ao promover subcorrentes teóricas divergentes, ao mesmo tempo em que permitiu diversos ângulos que se afastaram do processo contributivo por uma demarcação mais

centrada. A atenção dispensada aos ensaios conceituais próprios e a escassez de alinhamento ao campo empírico, demonstrou fragilidade dos pesquisadores ao aspecto reflexivo (ALVESSON; DEETZ, 2006). Pode-se supor que se a crítica social não oferece orientações sustentáveis, pois apresenta dissuasão teórica ampla, e que os fenômenos organizacionais sejam realmente de alta complexidade (MORGAN; 2007), por isso merecem ser profundamente analisados. Por este ângulo, a criação de novos valores, visões e perspectivas críticas pode contribuir para um modo mais reflexivo, menos mecanicista, cartesiano e positivista. Isso é justamente o que fez Nietzsche (2001) ao criticar a racionalidade da ciência e suas verdades. Sendo assim, Macgnan (2005) destaca que os efeitos desse novo modelo produtivo, salientando que “uma organização empresarial que se configura por aspectos de gestão mais ajustadas ao comportamento pós-moderno é aquela que opera localmente, mas com uma orientação global” (p. 27).

5. A globalização no contexto organizacional

A globalização também é caracterizada por esse amplo movimento de expansão da tecnologia, originada nos países mais desenvolvidos economicamente. A revolução tecnológica do conhecimento gerou a ampliação das relações sociais. Com isso, o modo de vida dos indivíduos e, conseqüentemente, das organizações sofreu influência em nível mundial. Ao desenvolver uma pesquisa acerca das conseqüências da globalização, Bauman (1999) afirma que esse fenômeno é irremediável e irreversível no contexto mundial, incidindo sob todos os indivíduos e toda a população planetária. Embora os usos do tempo e do espaço sejam distintos, quanto aos efeitos, o

autor apresentou críticas contundentes ao sistema, discutindo as consequências sociais desse processo.

Em crítica a essa forma de relação social, Bauman (1999, p. 16-17) entende que “a companhia é livre para se mudar, mas as consequências da mudança estão fadadas a permanecer”. Aduz que essa mobilidade, fruto da desconexão, torna-se altamente perversa deixando rastro obrigacional residual, livre de responsabilização. Por conta disso, a alteridade é posta em cheque, pois, não se mostra resistente na medida em que os indivíduos não estarão em igualdade e interdependência.

Em trabalhos publicados anteriormente (ROSA; PUZIO, 2013, p. 219), verificamos, a partir da analítica foucaultiana, que esse tipo de racionalidade operada hodiernamente pressupõe a hibridização de diferentes tipos de poderes que perpassam não somente uma razão de Estado, mas também uma razão governamental, pois a emergência dessa nova razão empreendedora acabou sobrepondo-se ao poder de do coerção do Estado soberano, passando a incorporar tecnologias disciplinares concomitantemente à biopolítica, afirmada a partir da formação de um sujeito produtor de si que transforma o seu corpo em um material humano de investimentos por meio de um esforço que cultiva o fortalecimento de um self empreendedor para cada sujeito. Desse modo,

o self deve ser um ente subjetivo, ele deve aspirar a autonomia, lutar por realização pessoal em sua vida terrena, interpretar sua realidade e destino como uma questão de responsabilidade individual e encontrar significado na existência moldando sua vida através de atos de escolha (ROSE, 2011, p. 210).

Essa maneira como o conceito de self se insere na cultura administrativa, demonstra como as técnicas psicológicas foram sendo introduzidas como dispositivos que observam, analisam e agem sobre a subjetividade, transformando o gerenciamento do sujeito em desenvolvimento e incentivo de uma procura constante pela ênfase de sua autonomia e investimento em si. Todavia, o que nos chama a atenção nesse ponto, é a constituição de uma forma singular de gerenciamento sobre os sujeitos, que nessa perspectiva do self, procura realçar as responsabilidades provocadas pelas ações individuais, “autônomas”, e assim, podendo agir em duas frentes: direcionando metas para o alcance de seus objetivos individuais e reconhecendo seus resultados e falhas.

Essa emergente racionalidade administrativa contemporânea acaba discursando, criando e proporcionando aos indivíduos um poder de “escolha” que passa a alimentar em termos de ganhos uma somatória que supostamente compõe o seu capital humano. Nesse sentido, a configuração do exercício do poder que Foucault (2000; 2008a; 2008b) apontou na sua contemporaneidade, enquadra-se nessa perspectiva, uma vez que para ele, o poder não pode ser pensado restritamente a partir de sua função de repressão e negação da subjetividade dos que estão sobre sua ação.

Desse modo, o poder para Foucault (2000; 2008a; 2008b) é pensado na ótica neoliberal estadunidense a partir dos campos administrativos, que almejam apreenderem a subjetividade de cada indivíduo por seu gerenciamento e modelagem, investindo sobre eles características de uma produtividade institucional. Pois, a emergência da compreensão dos sujeitos como dotados de um self, ou seja, de uma subjetividade

singular, demonstra como essa nova governamentalidade emergente se exerce em forma de apreensão deste e, posteriormente, de sua regulação por intermédio da liberdade (ROSA; PUZIO, 2013).

Esse dispositivo que apreende o indivíduo e o induz a pensar em termos de ganhos sobre sua vida, é utilizado como recurso das novas formas de cálculos e estratégias administrativas contemporâneas, localizadas por Foucault (2008b) nesta nova racionalidade neoliberal estadunidense que prepondera às demais relações econômicas encontradas na contemporaneidade, responsáveis pela produção de um sujeito cognominado pelo autor de *homo economicus*.

Um governo onipresente, um governo a que nada escapa, um governo que obedece às regras do direito, mas um governo que respeita a especificidade da economia, será um governo que administrará a sociedade civil, que administrará a nação, que administrará a sociedade, que administrará o social. O *homo economicus* e a sociedade civil são portanto dois elementos indissociáveis. O *homo economicus* é, digamos, o ponto abstrato, ideal e puramente econômico que povoa a realidade densa, plena e complexa da sociedade civil. Ou ainda: a sociedade civil é o conjunto concreto no interior do qual é preciso recolocar esses pontos ideais que são os homens econômicos, para poder administrá-los convenientemente. Logo, *homo economicus* e sociedade civil fazem parte do mesmo conjunto, o conjunto da tecnologia da governamentalidade liberal (FOUCAULT, 2008b: 403).

Sendo assim, Rose (2011) constatou que essas tecnologias averiguadas por Foucault (2000; 2008a; 2008b) são

operacionalizadas mediante formas administrativas que passam a ser tratadas como uma espécie de orquestração calculada das atividades dos seres humanos sob uma racionalidade prática dirigida a certos objetivos, uma vez que elas procuram tanto maximizar certas capacidades dos indivíduos quanto restringir drasticamente outras, por meio da governamentalização daqueles tipos conhecimentos tidos como superiores, tais como o médico, o pedagógico, o psicológico, etc., visando determinados fins em termos de responsabilidade, disciplina e diligência. Nesse sentido, a racionalidade administrativa emergente procura transformar a racionalidade prática de execução de tarefas, com aproximações de bem-estar e potencialização de seus conhecimentos e proveitos, gerenciados para determinados fins.

6. Considerações finais

Como se vê nesse trabalho, as perspectivas teóricas da modernidade e da pós-modernidade apresentam formas de enxergar as coisas de modo distinto. A modernidade, em sua época, entendia que o homem era o centro de tudo e, como tal, era um ser dotado de poder supremo, arredando o poder dividido. A razão possui poder intrínseco libertador, abrindo-se a liberdade e a felicidade plena.

O movimento pós-modernista, no final do século XX se mostrou combativo, disparando críticas ao humanismo moderno e ao racionalismo, plasmado pela genealogia de Nietzsche, que protagonizou um importante marco teórico, conforme destacaram Cooper e Burrell (1988) e Ferry (2007). A genealogia de Nietzsche tinha o firme propósito de fazer sair – processo maiêutico – das forças ativas as contradições e a superficialidade, em prol de um conhecimento mais fundamentado

e em consonância com a realidade. Tudo isso acabou proporcionando a fragmentação do entendimento da pós-modernidade, gerando outras sub-correntes, assim como também puderam apresentar outros problemas e abordagens para compreendê-los, que não estavam presentes no contexto da emergência da modernidade como, por exemplo, estudos de gênero, resistências pós-colonialistas e Teoria Queer.

A disseminação dessas distintas visões só contribui para a aproximação com estudos mais práticos relacionados ao objeto, resultando no deslocamento da lente para a realidade e as relações intersubjetivas. Os gestores encontram-se premiados pelos objetivos e metas a eles impostos. O modelo de globalização que volatiliza os capitais e, por sua vez, as firmas, torna-se competidor dos gestores, pois, o parâmetro de lucros supranormais – medido pelo binômio investimento-lucro – não se limita aos competidores locais, mas aos globais, mesmo atuantes em indústrias distintas. Em razão da consequência daí advindas, Santos (2008) aponta que a forma globalizante gera perversividade sistêmica.

Contudo, traços característicos do modelo modernistas ainda são predominantes nos estudos organizacionais, pois estudos qualitativos que associam à prática são requeridos, conforme abordaram Alvesson e Deetz (2006). A pesquisa qualitativa demonstra sua vitalidade relacional com diversos paradigmas e perspectivas teóricas. Contudo, as abordagens e modelos pertencentes à investigação qualitativa, para a melhor compreensão do mundo social, oferecerem importante contribuição ao pesquisador, enquanto que a validade sob a ótica pós-moderna “sugere que não há nenhum método capaz de fornecer uma verdade suprema” (LINCOLN; GUBA, 2006, p. 185).

Todavia, como meio de aproximar as discussões teóricas, em sede de pesquisa, tem possibilitado o surgimento de novas formulações que antes eram dominadas pelo positivismo que inviabilizava esse tipo de apontamento. Em que pese às concepções de mundo inerentes aos múltiplos paradigmas, na investigação dos fenômenos sociais, para a validação desses, o pesquisador pode fazer uso de um acervo de critérios metodológicos, que, com o tempo, se mostraram mais amplos e flexíveis. Investigadores de novos paradigmas, ao se libertarem da rigidez metodológica do positivismo – que exige generalizações –, ao demonstrar interesse aos experimentos singulares, abriram um novo campo às descobertas. Inclusive o deslocamento da lente da análise dos métodos se direcionou para o debate sobre a natureza da investigação social.

Finalmente, ainda sob o manto da pós-modernidade, há predominância de resultados práticos de gestão em detrimento das abordagens teóricas sociais. Compreender as várias formas de relações sociais na sua origem, ver como e por que os gerencialistas articulam a tomada de decisão, pode auxiliar no entendimento das transformações organizacionais. A construção do conhecimento por meio das interações sociais, aliada a formas epistemológicas e ontológicas, explicaria melhor as ocorrências no mundo real. Assim, a vinculação entre realidade objetiva e a subjetiva poderia contribuir para ampliar à compreensão das complexidades organizacionais, e a descoberta de novos conhecimentos, que foram, até certo ponto, negligenciadas pelos estudos críticos de gestão. Por outro lado, os performistas, pressionados por resultados, não se permitiram compreender outras formas de gestão. Por esta razão, o diálogo entre correntes

teóricas e adeptos da gestão seria importante aos estudos organizacionais.

Agradecimentos

Agradecemos ao Grupo de Estudos em Estratégia Competitividade e Desenvolvimento (GComD/UNESC) e ao Grupo de Pesquisa Subjetividade, Poder e Resistência (GESPOR/UVV).

Referências

- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, R. N. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2006, v. 1, cap.8.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. RJ: Jorge Zahar Ed. 1999,
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 5-68.
- CADBURY COMMITTEE. **The report of the Committee on Financial Aspects of Corporate Governance**. Londres: Cadbury Committee, Dec. 1992.
- COOPER, R.; BURRELL, G. Modernism, Postmodernism and Organizational Analysis: an introduction. **Organization Studies**. 9/1, p. 91-112, 1988.
- DE MATEO, V. E.; DE LA MONTAÑA, S. **La genealogía de la moral**. Biblioteca Universal Virtual. 1964.
- EAGLETON, T. **As Ilusões do Pós-Modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- FERRY, L. **Aprender a Viver: Filosofia para os Novos Tempos**. Trad: Vera Lucia dos Reis. RJ: Objetiva, 2007.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2006.
- FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008b.
- FOURNIER, R.; GREY, C. Hora da verdade: condições e prospectos para os estudos críticos da gestão. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C.O. (coord.) **Teoria das Organizações**. São Paulo Atlas, 2007, cap. 15.
- GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- HARDY, C.; PALMER, I. Pedagogical Practice and Postmodernist Ideas. **Journal of Management Education**. 23:4, Aug, 1999.
- HASSARD, J. Postmodernism Organizational Analysis: toward a conceptual framework. **Journal of Management Studies**. 31:3, May 1994.
- KILDUFF, M.; MEHRA, A. Postmodernism and Organizational Research. **Academy of Management Review**. Vol. 22, n. 2, 453-481, 1997.
- LINCOLN, Y. S; GUBA, E. G. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S (orgs). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed. 2006., cap. 6.
- LINSTEAD, S.; GRAFTON-SMALL, Robert. On Reading Organizational Culture. **Organization Studies**, 13/3, p. 331-355, 1992.
- MAFFESOLI, M.. **Notas sobre a Pós-modernidade: o lugar faz o elo**. RJ: Atlântica. 2004.
- MACGNAN, C. B. Pós-modernidade e as Organizações Empresariais Contemporâneas. In: CAVEDON, Neusa R.; LENGELER, Jorge F. B. (orgs). **Pós-modernidade e Etnografia nas Organizações**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C.O. (coord.) **Teoria das Organizações**. São Paulo Atlas, 2007, cap. 2.
- NIETZSCHE, F. W. **A Gaia Ciência**. Tradução Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- POWELL, L. J.. Modernist' Sociology in a 'Postmodern' World? **The International Journal of Sociology and Social Policy**. 25, 10/11, 2005.

ROSE, N. **Inventando nossos Selves**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

ROSA, Pablo O.; PUZIO, Marcelo. Governamentalizando o empreendedorismo de si: Como as “psico-ciências” fomentam a produção do *homo economicus*. **Revista Sociologias Plurais** Vol. 1, n. 2, 216-229, 2013.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. RJ: Record, 2008.

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construtivismo social. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y. S (orgs). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed. 2006, cap. 7.

TWEETEN, L.; ZULAUF, C. The Challenge of Postmodernism to Applied Economics.

American Agricultural Economics Association. 81, n. 5, p. 166-172, 1999.

VAZ, P. Subjetividade e Incerteza. In: SANTANA, R.N. Monteiro de (Org.). **Reflexões Sobre o Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Revan; Teresina, PI: Universidade Federal do Piauí, 2000, p. 97-118.

VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. P. Teoria Crítica e Pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C.O. (coord.) **Teoria das Organizações**. São Paulo Atlas, 2007, cap. 13.

WHITTINGTON, R. Estratégia após o Modernismo: recuperando a prática. **RAE**. v. 44. n. 4, out/dez, 2004.

Submetido em 2014-11-16

Publicado em 2015-11-14